



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

TERESINA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

Proposta de consolidação do Projeto Pedagógico
aprovado pela Resolução nº 003/96 CEPEX com
as alterações do Projeto de Revisão aprovado em
2006 pelo Colegiado do Curso de Direito e pelo
Conselho Departamental do CCHL.

**TERESINA
2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Luiz de Sousa Santos Júnior
Reitor

Antônio Silva do Nascimento
Vice-Reitor

Francisco Newton Freitas
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Maria Acelina Martins de Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Antônio Aderson dos Reis Filho
Pró-Reitor de Extensão

Fernando Aécio de Amorim Carvalho
Pró-Reitor para Assuntos Estudantis e Comunitários

Edilberto Duarte Lopes
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

Ordônio Moita Filho
Pró-Reitor de Administração

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

Antônio Fonseca dos Santos Neto
Diretor

Luís Carlos Rodrigues Cruz
Vice-Diretor

Francisco de Assis Couto Castello Branco
Chefe do Departamento de Ciências Jurídicas

CURSO DE DIREITO

Nelson Juliano Cardoso Matos
Coordenador

Colegiado:

Carlos Augusto Pires Brandão

Edilsom Farias

Fernando Eulálio Nunes

Francisco Meton Marques de Lima

Nelson Juliano Cardoso Matos

Mirelle Monte Soares (representante estudantil)

COMISSÃO DA REFORMA CURRICULAR

Edilsom Farias
Presidente

Marco Aurélio Lustosa Caminha

Carlos Augusto Pires Brandão

Maria do Socorro Leal Lopes

Luiz Felipe de Araújo Ribeiro
Representante estudantil

APRESENTAÇÃO

O atual currículo do Curso de Direito da Universidade Federal do Piauí foi aprovado pela Resolução n. 03/1996 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Portanto, na vigência da Portaria n. 1.886/1994 do Ministério da Educação e do Desporto, que estabelecia as Diretrizes Curriculares do curso de Direito.

Em 2004, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução n. 09/2004 estabelecendo as novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito e revogando a Portaria n. 1.886/1994. O presente Projeto de Revisão Curricular objetiva adequar o atual projeto pedagógico do Curso de Direito da UFPI às novas Diretrizes Curriculares, considerando os recursos institucionais disponíveis.

O Art. 12 da Resolução n. 09/2004 CES-CNE estabelece que as novas Diretrizes Curriculares “deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação” da Resolução, ou seja, 1º de novembro de 2004. Faz-se, portanto, urgente que o Projeto de Revisão Curricular tenha aprovação em 2006 para aplicação aos ingressantes do primeiro período letivo de 2007.

Diante da urgência, o Colegiado do Curso de Direito decidiu promover a reforma curricular em duas etapas. Primeiro, a revisão do Currículo atual restringindo-se apenas as alterações imprescindíveis, mantendo-se, o quanto possível, a estrutura curricular vigente (trata-se do presente Projeto). Depois, continuar as discussões

para apresentar um novo projeto pedagógico, com alterações substanciais.

Assim, as alterações do presente Projeto consistem em:

a) Instituir as atividades complementares nos termos do Art. 8º da Resolução n. 09/2004 – CES-CNE;

b) Incluir as disciplinas Introdução à Filosofia, Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Metodologia Científica, Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e Direito Financeiro e Orçamentário em substituição às disciplinas Filosofia do Direito I, Sociologia Jurídica I, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Filosofia do Direito II, Sociologia Jurídica II e Ciência das Finanças, respectivamente;

c) Incluir as disciplinas Direito Constitucional I e Direito Constitucional II como desdobramento da disciplina Direito Constitucional;

d) Incluir a disciplina Introdução à Psicologia;

e) Incluir as disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV em substituição às disciplinas Prática Jurídica I, II, III e IV, respectivamente;

f) Incluir as disciplinas Direito Empresarial I e II em substituição às disciplinas Direito Comercial I, II e III;

g) Incluir novas disciplinas optativas;

h) Incluir as disciplinas Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica e Redação e Defesa de Monografia Jurídica em substituição às disciplinas Monografia I, II, III e IV;

i) Ressaltar o caráter real, curricular e supervisionado do estágio de prática jurídica;

j) Alterar os requisitos das disciplinas.

CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Antes mesmo da criação dos cursos jurídicos no Brasil, a primeira tentativa de implementação de ensino superior visava à instalação de duas universidades: uma no Rio de Janeiro e a outra no Norte, de preferência em Pernambuco. O debate muito acirrado sobre este assunto teve curso em várias Sessões da Assembléia Constituinte de 1823. Na Sessão de 18 de outubro de 1823 foi apresentado projeto de autoria do Deputado Manoel Ferreira Câmara Bittencourt e Sá em que propunha ao § 1º do projeto original, de 15 de outubro daquele ano, da Comissão de Instrução Pública, a formação da universidade, nestes termos: “que ora se funda apenas numa única Universidade no Império” e “que se acrescente ao mesmo parágrafo, a formação de três Colégios de Direito e que, com o tempo e o aumento da população se converterão em Universidade, e será o primeiro em São Paulo, o segundo em Pernambuco e o terceiro no Maranhão, que neles se estude mais direito natural, das gentes e público, do que Romano”. O projeto não foi aprovado.

Na Sessão de 27 de outubro de 1823 foi apresentado novo projeto, já propondo a localização das duas universidades a serem criadas, uma em São Paulo e a outra em Minas Gerais; igualmente o projeto não foi aprovado.

Finalmente, na Sessão de 04 de novembro de 1823, a última da Assembléia Constituinte, aprovou-se uma Emenda-Substitutiva aos projetos anteriores, da qual constava o seguinte: “criação de duas Universidades do Império, uma em São Paulo e outra em Olinda”,

prejudicando-se todas as iniciativas anteriores. Com esse projeto já aprovado, foi dissolvida a Constituinte pelo Imperador D. Pedro I.

Em janeiro de 1825 reabrem-se os debates na Câmara dos Deputados, tendo antes o Imperador criado, provisoriamente, um Curso Jurídico no Rio de Janeiro (Decreto de 09 de janeiro de 1825), que, no entanto, não logrou êxito. Com a seqüência dos debates, volta o projeto dos cursos jurídicos a ser deliberado, agora já estabelecendo um Curso Jurídico ou de Ciências Sociais, e seguindo-se os Estatutos da Universidade de Coimbra. Também esta iniciativa não foi aprovada, mas trouxe positivos reflexos para a história dos cursos jurídicos no País.

Após árdua caminhada, finalmente, por lei de 11 de agosto de 1827 são criados dois Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais: um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda, lei esta de onze artigos como se vê no anexo, inclusive aplicando-se subsidiariamente o Estatuto do Visconde da Cachoeira - Luiz José de Carvalho Melo (Fonte: Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1977).

No Piauí os cursos jurídicos foram implantados graças à iniciativa de alguns intelectuais da época que, a 25 de março de 1931 criaram a Faculdade de Direito do Piauí, tendo a mesma sido reconhecida de utilidade pública pelo governo do Estado, através do Decreto nº 1196, baixado pelo Capitão Joaquim de Lemos Cunha.

Foram fundadores da Faculdade de Direito no Piauí: Cromwell Barbosa de Carvalho, Ernesto José Baptista, Simplício de Sousa Mendes, Joaquim Vaz da Costa, Mário José Baptista, Francisco Pires Gayoso, Adalberto Correia Lima, José de Arimatéia Tito, Hli Fortes

Castelo Branco, João Emílio Falcão Costa, Pedro Borges da Silva, Higino Cunha e Francisco Pires de Castro, dentre outros.

O reconhecimento e oficialização da Faculdade de Direito ocorreu em 1936, após ter sido formada a sua 1ª turma de bacharéis em Direito – Turma de 1935.

Com a implantação da Universidade Federal do Piauí em 1971 foi nomeado Reitor Pro-Tempore o Prof. Robert Wall de Carvalho, então Diretor da Faculdade de Direito.

A reforma do ensino superior transformou o curso seriado em sistema de crédito e, ao mesmo tempo, com a implantação da Universidade foi a Faculdade de Direito reduzida à condição de Departamento de Ciências Jurídicas, do Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI.

Merece realce que, embora sem autonomia, o Departamento de Ciências Jurídicas – DCJ, pertence ao Colégio Brasileiro de Faculdades de Direito com sede em Brasília – DF.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A Proposta de Revisão do Currículo do Curso de Graduação em Direito da UFPI ora apresentada foi elaborada de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito instituídas pela Resolução Nº 9, de 29 de setembro de 2004, aprovada pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Ministério da Educação – MEC).

Para a consecução da Proposta em tela foram levadas em conta as relevantes informações e sugestões dos professores e alunos do Curso de Graduação em Direito da UFPI, bem como da Coordenação de Currículo da UFPI.

Cumprir evocar que a principal mudança trazida pela aludida Resolução, já prevista pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), foi o fim da obrigatoriedade de Currículos Mínimos. Agora as Instituições de Ensino Superior terão maior flexibilidade e responsabilidade na elaboração de suas propostas curriculares.

Todavia, prescreve a Resolução que o Curso de Graduação em Direito deverá contemplar, em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos de formação:

(i) Eixo de Formação Fundamental - que tem por objetivo integrar o estudante no campo do Direito, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo, dentre outros, estudos

que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

(ii) Eixo de Formação Profissional - abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, inclui, dentre outros, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual;

(iii) Eixo de Formação Prática - que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

A Proposta de Revisão Curricular do Curso de Graduação em Direito da UFPI em tela encontra-se fundamentada nos três eixos de formação citados.

Com efeito, na Proposta anexa, do **1º Período Ideal** ao **3º Período Ideal** contempla-se o Eixo de Formação Fundamental (Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Filosofia, Introdução à Psicologia, Introdução à Metodologia Científica, Economia Política e Ciência Política).

O Eixo de Formação Profissional acha-se essencialmente do **4º ao 8º Períodos Ideais**.

Impende esclarecer que a nova ordem jurídica nacional possibilitou a ascensão científica e institucional do Direito Constitucional, razão pela qual figuram do **4º ao 6º Períodos Ideais** da Proposta em

exame as disciplinas Teoria Geral da Constituição, Direito Constitucional I e II.

Registre-se, também, a inclusão das disciplinas Direito Empresarial I e II.

A Proposta, a t nus com as mudanças emergentes de época e de espaço, incluiu na nova grade curricular disciplinas optativas como Arbitragem, Biodireito, Informática Jurídica, Linguagem e Argumentação Jurídicas, Português no Direito, Processo nos Juizados Especiais, Direito Educacional, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito do Comércio Internacional, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Idoso e Tópicos Especiais.

O Eixo de Formação Prática concentra-se nos **7  a 10  Períodos Ideais** (turno diurno) e **11 a 12 Períodos Ideais** (turno noturno).

O Estágio Curricular Supervisionado, consoante a Resolução,   componente curricular obrigatório e indispensável   consolidação dos desempenhos profissionais desejados. Por conseguinte, a previsão do Estágio Curricular Supervisionado, a ser realizado preferencialmente na própria UFPI, importará a reestruturação e a operacionalização do Núcleo de Prática Jurídica já instalado.

As Atividades Complementares (que não se confundem com o Estágio Curricular Supervisionado) são componentes curriculares enriquecedores e complementares do perfil do formando, podendo ser iniciadas a partir **1  Período Ideal** pelo aluno.

Por seu turno, as espécies de Atividades Complementares estão discriminadas pela Proposta, devendo todo aluno cumprir pelo menos **200 horas de Atividades Complementares**, obedecidas às normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito da UFPI.

COMPONENTES DA PROPOSTA CURRICULAR

Perfil do graduando

A Proposta de Revisão da Grade Curricular do Curso de Graduação em Direito da UFPI em discussão, inspirada na teleologia das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC, objetiva assegurar o perfil do graduando de sólida formação humanística e axiológica, com capacidade de análise, domínio dos conceitos e da terminologia jurídica, aliada a uma postura reflexiva e crítica, indispensáveis ao Desenvolvimento da Ciência do Direito, da Prestação da Justiça e do Exercício da Cidadania.

O egresso, possuindo uma visão ampla e percepção crítica da realidade brasileira, poderá obter uma formação mais especializada em curso de pós-graduação.

Objetivos do Curso

Objetivo geral

Formar bacharel com competência técnico-científica para atuar nas áreas pertinentes à Ciência do Direito.

Objetivos específicos

(i) Formar bacharéis que dominem o saber técnico-científico e dotado de senso crítico, com a compreensão da finalidade e valor de cada instituto, sabendo identificar o verniz ideológico que eventualmente encobre os institutos jurídicos;

(ii) Capacitar o egresso de modo a compreender e intervir na realidade sócio-política do Estado;

(iii) Desenvolver no graduando senso ético de responsabilidade social com o fim de direcionar o exercício profissional;

(iv) Fomentar a cultura na sociedade piauiense, por meio de *educação continuada* e promoção de eventos jurídicos abertos aos interessados de fora da Universidade.

Organização Curricular

A grade curricular do Curso de Direito prevê disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio curricular obrigatório e atividades complementares, totalizando 3.725 horas. Esta carga horária total está também de acordo com as novas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, onde tramita Projeto de Resolução que institui carga horária mínima para os Cursos de Graduação em Direito de 3.700 horas.

A integralização curricular do Curso Diurno dar-se-á, no mínimo, em cinco anos e, no máximo, em oito anos. Para o Curso Noturno a integralização será, no mínimo, em seis anos e, no máximo, em nove anos.

A carga horária, portanto, fica assim distribuída:

Atividades Didáticas	Teóricas e Simuladas	Prática Real	Complementares
Disciplinas obrigatórias	3005		
Disciplinas optativas	180		
Estágio Curricular		300h	
Monografia		60h	
Atividades Complementares			200h
	3135	560	
	3525 + 200 = 3725		

Metodologia

As disciplinas teóricas serão desenvolvidas por meio de aulas expositivas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos e debates. As disciplinas práticas serão ministradas através da atuação discente no Escritório Modelo, na Defensoria Pública, nos órgãos estatais e conveniados. Para complementação de sua atividade prática será permitida sua participação em empresas, seminários e atividades de pesquisa e de extensão, monitorias e outros eventos culturais, fora e/ou dentro do âmbito da Universidade.

Avaliação

Avaliação do aluno

A avaliação discente será realizada em conformidade com a Resolução nº 043/95 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

Avaliação do currículo

O currículo do Curso de Direito será acompanhado e avaliado durante sua execução (avaliação em processo) e após a conclusão da primeira turma (avaliação do produto)

Avaliação em processo

Durante a execução do currículo, a avaliação será realizada através da aplicação de questionários específicos com professores e alunos, ao final de cada disciplina, os quais serão analisados e discutidos em Seminário a ser realizado anualmente.

Avaliação do Produto

Um ano após a conclusão da primeira turma ocorrerá a avaliação do produto através da aplicação de questionário aos egressos, atuantes ou não no mercado de trabalho, e a cada dois anos, como também aos representantes institucionais diretamente ligados ao profissional.

Nesta avaliação deverão ser considerados os aspectos relacionados aos objetivos e perfil profissional.

Caberá ao Colegiado do Curso de Direito, planejar, organizar e coordenar ações para a implantação, desenvolvimento e avaliação deste currículo, assim, como, sistematizar resultados e propor novos encaminhamentos.

GRADE CURRICULAR

Grade Curricular Plena – Diurno

CÓDIGO	DISCIPLINA	C. H.	CRÉD.	REQUISITO
BLOCO I		270h		
301-401	Introdução ao Direito	90h	6.0.0	
*301-471	Introdução à Filosofia	60h	4.0.0	
*301-472	Introdução às Ciências Sociais	60h	4.0.0	
*301-473	Introdução à Metodologia Científica	60h	2.2.0	
BLOCO II		270h		
301-407	História do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-474	Filosofia do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução à Filosofia
301-475	Sociologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução às Ciências Sociais
	Economia Política	60h	4.0.0	
*301-476	Introdução à Psicologia	30h	2.0.0	
BLOCO III		270h		
301-411	Deontologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-408	Ciência Política	90h	6.0.0	
301-409	Hermenêutica Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-410	Teoria Geral do Direito	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
BLOCO IV		300h		
301-420	Direito Penal I	90h	3.3.0	Introdução ao Direito
301-414	Direito Civil I	60h	4.0.0	Teoria Geral do Direito
301-412	Teoria Geral da Constituição	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Ciência Política
301-413	Direito Romano	90h	6.0.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO V		300h		
301-421	Direito Penal II	60h	2.2.0	Direito Penal I
301-415	Direito Civil II	90h	6.0.0	Direito Civil I
301-477	Direito Empresarial I	90h	3.3.0	Direito Civil I
301-478	Direito Constitucional I	60h	2.2.0	Teoria Geral da Constituição
BLOCO VI		450h		
301-422	Direito Penal III	60h	2.2.0	Direito Penal II
301-416	Direito Civil III	90h	3.3.0	Direito Civil II
301-479	Direito Empresarial II	90h	3.3.0	Direito Empresarial I
301-429	Teoria Geral do Processo	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
301-480	Direito Financeiro e Orçamentário	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
301-427	Direito do Trabalho I	60h	2.2.0	Teoria Geral do

				Direito
BLOCO VII		495h		
301-433	Direito Processual Penal I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Processo
301-417	Direito Civil IV	75h	3.2.0	Direito Civil III
301-481	Direito Constitucional II	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
301-431	Direito Processual Civil I	90h	3.3.0	Teoria Geral do Processo
301-438	Direito Tributário	90h	3.3.0	Direito Financeiro e Orçamentário
301-482	Estágio Curricular Supervisionado I	60h	0.0.4	Teoria Geral do Processo
301-428	Direito do Trabalho II	60h	2.2.0	Direito do Trabalho I
BLOCO VIII		480h		
301-434	Direito Processual Penal II	60h	2.2.0	Direito Processual Penal I
301-418	Direito Civil V	60h	2.2.0	Direito Civil IV
301-439	Direito Administrativo I	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
301-432	Direito Processual Civil II	90h	3.3.0	Direito Processual Civil I
301-430	Direito Processual do Trabalho	90h	3.3.0	Direito do Trabalho II Teoria Geral do Processo
301-483	Estágio Curricular Supervisionado II	90h	0.0.6	Teoria Geral do Processo
BLOCO IX		390h		
301-437	Direito Internacional Público	60h	2.0.0	Ciência Política
301-419	Direito Civil VI	90h	3.3.0	Direito Civil V
301-440	Direito Administrativo II	90h	3.3.0	Direito Administrativo I
301-437	Direito Internacional Privado	60h	4.0.0	Direito Civil III
301-484	Estágio Curricular Supervisionado III	60h	0.0.4	Estágio Curricular Supervisionado I
301-485	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Introdução à Metodologia Científica
BLOCO X		300h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
301-486	Estágio Curricular Supervisionado IV	90h	0.0.6	Estágio Curricular Supervisionado II
301-487	Redação e Defesa de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

* As disciplinas Introdução à Filosofia, Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Metodologia Científica e Introdução à Psicologia receberão dois códigos cada uma delas: um código do Departamento de Ciências

Jurídicas - DCJ e um código de outro Departamento (Filosofia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciências Econômicas e Psicologia, respectivamente). Assim, na matrícula, o aluno poderá optar por turma ofertada pelo DCJ ou por turma ofertada por outro Departamento.

Grade Curricular Plena – Noturno

CÓDIGO	DISCIPLINA	C. H.	CRED.	REQUISITO
BLOCO I		270h		
301-401	Introdução ao Direito	90h	6.0.0	
*301-471	Introdução à Filosofia	60h	4.0.0	
*301-472	Introdução às Ciências Sociais	60h	4.0.0	
*301-473	Introdução à Metodologia Científica	60h	2.2.0	
BLOCO II		270h		
301-407	História do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-474	Filosofia do Direito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução à Filosofia
301-475	Sociologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Introdução às Ciências Sociais
	Economia Política	60h	4.0.0	
*301-476	Introdução à Psicologia	30h		
BLOCO III		270h		2.0.0
301-411	Deontologia Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-408	Ciência Política	90h	6.0.0	
301-409	Hermenêutica Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-410	Teoria Geral do Direito	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
BLOCO IV		300h		
301-420	Direito Penal I	90h	3.3.0	Introdução ao Direito
301-414	Direito Civil I	60h	4.0.0	Teoria Geral do Direito
301-412	Teoria Geral da Constituição	60h	4.0.0	Introdução ao Direito Ciência Política
301-413	Direito Romano	90h	6.0.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO V		300h		
301-421	Direito Penal II	60h	2.2.0	Direito Penal I
301-415	Direito Civil II	90h	6.0.0	Direito Civil I
301-477	Direito Empresarial I	90h	2.2.0	Direito Civil I
301-478	Direito Constitucional I	60h	2.2.0	Teoria Geral da Constituição
BLOCO VI		300h		3.3.0
301-422	Direito Penal III	60h	2.2.0	Direito Penal II
301-416	Direito Civil III	90h	3.3.0	Direito Civil II
301-479	Direito Empresarial II	90h	3.3.0	Direito Empresarial I
301-427	Direito do Trabalho I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Direito
BLOCO VII		285h		3.3.0
301-417	Direito Civil IV	75h	3.2.0	Direito Civil III
301-429	Teoria Geral do Processo	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
301-481	Direito Constitucional II	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
301-478	Direito do Trabalho II	60h	2.2.0	Direito do Trabalho I
BLOCO VIII		300h		6.0.0
301-418	Direito Civil V	60h	2.2.0	Direito Civil IV
301-430	Direito Processual do	90h	3.3.0	Direito do Trabalho II

	Trabalho			Teoria Geral do Processo
301-431	Direito Processual Civil I	90h	3.3.0	Teoria Geral do Processo
301-433	Direito Processual Penal I	60h	2.2.0	Teoria Geral do Processo
BLOCO IX		300h		4.0.0
301-419	Direito Civil VI	90h	3.3.0	Direito Civil V
301-480	Direito Financeiro e Orçamentário	60h	2.2.0	Direito Constitucional I
301-432	Direito Processual Civil II	90h	3.3.0	Direito Processual Civil I
301-434	Direito Processual Penal II	60h	2.2.0	Direito Processual Penal I
BLOCO X		300h		
301-406	Direito Internacional Privado	60h	4.0.0	Direito Civil III
301-438	Direito Tributário	90h	3.3.0	Direito Financeiro e Orçamentário
301-439	Direito Administrativo I	90h	3.3.0	Direito Constitucional I
301-437	Direito Internacional Público	60h	4.0.0	Ciência Política
BLOCO XI		330h		3.3.0
	Disciplina Optativa	60h	4.0.0	
301-440	Direito Administrativo II	90h	3.3.0	Direito Administrativo I
301-482	Estágio Curricular Supervisionado I	60h	0.0.4	Teoria Geral do Processo
301-483	Estágio Curricular Supervisionado II	90h	0.0.6	Teoria Geral do Processo
301-485	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Introdução à Metodologia Científica
BLOCO XII		300h		
	Disciplina Optativa	60h		
	Disciplina Optativa	60h		
301-484	Estágio Curricular Supervisionado III	60h	0.0.6	Estágio Curricular Supervisionado I
301-486	Estágio Curricular Supervisionado IV	90h	0.0.6	Estágio Curricular Supervisionado II
301-487	Redação e Defesa de Monografia Jurídica	30h	0.0.2	Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

* As disciplinas Introdução à Filosofia, Introdução às Ciências Sociais, Introdução à Metodologia Científica e Introdução à Psicologia receberão dois códigos cada uma delas: um código do Departamento de Ciências Jurídicas - DCJ e um código de outro Departamento (Filosofia, Ciências Sociais, Filosofia, Ciências Econômicas e Psicologia, respectivamente). Assim, na matrícula, o aluno poderá optar por turma ofertada pelo DCJ ou por turma ofertada por outro Departamento.

Disciplinas Optativas

Todo aluno tem de cumprir um mínimo de 180h horas-aula das disciplinas optativas abaixo relacionadas:

CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H.	CRÉD.	REQUISITO
301-491	Direito Processual Constitucional	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
301-492	Direito da Criança e do Adolescente	60h	4.0.0	Direito Civil V
301-493	Direito do Idoso	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
301-494	Direito do Comércio Internacional	60h	4.0.0	Direito Internacional Privado Direito Internacional Público Direito Empresarial II
301-495	Direitos Humanos	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
301-496	Interesses Difusos e Coletivos	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
301-497	Direito Penal Especial	60h	4.0.0	Direito Penal III
301-498	Direito Processual Tributário	60h	4.0.0	Direito Tributário
301-499	Direito Autoral	60h	4.0.0	Direito Civil IV
301-500	Direito Industrial	60h	4.0.0	Direito Civil IV
301-501	Arbitragem	60h	4.0.0	Direito Processual Civil I
301-502	Biodireito	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-503	Informática Jurídica	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-504	Linguagem e Argumentação Jurídicas	60h	4.0.0	Hermenêutica Jurídica
301-505	Português no Direito	60h	4.0.0	-
301-506	Processo nos Juizados Especiais	60h	4.0.0	Direito Processual Civil II Direito Processual Penal II
301-507	Direito Urbanístico	60h	4.0.0	Direito Constitucional II
301-508	Direito Educacional	60h	4.0.0	Introdução ao Direito
301-509	Direito Internacional dos Direitos Humanos	60h	4.0.0	Direito Internacional Público
301-510	Tópicos Especiais de Direito Civil	60h	4.0.0	Direito Civil VI
301-511	Tópicos Especiais de Direito Penal	60h	4.0.0	Direito Penal III
301-512	Tópicos Especiais de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho	60h	4.0.0	Direito Processual do Trabalho
301-513	Tópicos Especiais de Direito Empresarial	60h	4.0.0	Direito Empresarial II
301-514	Tópicos Especiais de Direito Constitucional	60h	4.0.0	Direito Constitucional Positivo II
301-515	Tópicos Especiais de Direito Administrativo	60h	4.0.0	Direito Administrativo II

301-516	Tópicos Especiais de Direito Financeiro e de Direito Tributário	60h	4.0.0	Direito Tributário
301-517	Tópicos Especiais de Filosofia do Direito	60h	4.0.0	Filosofia do Direito
301-518	Tópicos Especiais de Sociologia Jurídica	60h	4.0.0	Sociologia Jurídica
301-519	Tópicos Especiais de Teoria do Estado	60h	4.0.0	Teoria do Estado e Ciência Política
301-520	Tópicos Especiais de Teoria do Direito	60h	4.0.0	Teoria Geral do Direito
301-521	Tópicos Especiais de Direito Processual Civil	60h	4.0.0	Direito Processual Civil II
301-522	Tópicos Especiais de Direito Processual Penal	60h	4.0.0	Direito Processual Penal II
301-523	Tópicos Especiais de Teoria da Constituição	60h	4.0.0	Teoria Geral da Constituição
301-449	Direito Agrário	60h	4.0.0	Direito Civil IV
301-450	Direito Econômico	90h	6.0.0	Direito Empresarial I
301-451	Direito Bancário	60h	4.0.0	Direito Empresarial I
301-452	Direito Securitário	60h	2.2.0	Direito Civil IV
301-453	Direito industrial	60h	4.0.0	Direito Empresarial I
301-454	Direito Notarial	60h	2.2.0	Direito Civil V
301-455	Direito do Consumidor	60h	4.0.0	Direito Comercial I
301-456	Direito Imobiliário	60h	4.0.0	Direito Civil IV
301-457	Direito Penitenciário	60h	4.0.0	Direito Penal III
301-458	Criminologia	60h	4.0.0	Direito Penal III
301-459	Medicina Legal	75h	3.2.0	Direito Penal III
301-460	Direito Ambiental	60h	4.0.0	Direito Administrativo I
301-461	Direito do Menor	60h	4.0.0	Direito Civil V
301-462	Direito Eleitoral	60h	2.2.0	Direito Penal III
301-463	Direito Previdenciário	60h	4.0.0	Direito do Trabalho I
301-464	Direito Municipal	60h	4.0.0	Direito Administrativo I
301-465	Direito Sindical	60h	4.0.0	Direito Processual do Trabalho

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Equivalência de disciplinas

Grade de equivalência entre o Currículo vigente e a Proposta de revisão curricular:

Vigente		Proposta / Novo	
Filosofia do Direito I		Introdução à Filosofia	
Filosofia do Direito II		Filosofia do Direito	
Sociologia do Direito I		Introdução às Ciências Sociais	
Sociologia do Direito II		Sociologia Jurídica	
Metodologia da Pesquisa Jurídica		Introdução à Metodologia Científica	
Direito Constitucional		Direito Constitucional I	
Direito Comercial I		Direito Empresarial I	
Direito Comercial II		Direito Empresarial II	
Ciência das Finanças		Direito Financeiro e Orçamentário	
Prática Jurídica I		Estágio Curricular Supervisionado I	
Prática Jurídica II		Estágio Curricular Supervisionado II	
Prática Jurídica III		Estágio Curricular Supervisionado III	
Prática Jurídica IV		Estágio Curricular Supervisionado IV	
Monografia I e Monografia II		Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica	
Monografia III e Monografia IV		Redação e Defesa de Monografia Jurídica	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Colegiado do Curso de Direito aprovará o Regulamento das Atividades Complementares e o Regimento do Núcleo de Atividades Complementares. Até a instituição do Núcleo, o Colegiado designará um professor para superintender as atividades complementares.

Todo aluno tem de cumprir, obedecidas às normas fixadas pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito, **200 horas de atividades complementares**, respeitados os seguintes limites:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA MÁXIMA (POR PERÍODO LETIVO)	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
Disciplinas de outros Cursos de Graduação da UFPI	60h	60h
Projetos e Programas de Pesquisa	30h	60h
Publicações na Área de Direito ou em Áreas Afins	30h	60h
Assistência, com elaboração de relatório, a Defesa de Monografias Finais de Cursos de Graduação, de Dissertações de Mestrado e de Teses de Doutorado.	30h	60h
Monitorias em disciplinas do Curso de Direito	30h	60h
Projetos e Programas de Extensão Comunitária.	30h	60h
Representação Estudantil ou Participação Discente em Órgãos de Representação Colegiada.	30h	60h
Assistência Programada de Vídeo, Teleconferências, Filmes e Atividades Audiovisuais Similares, na Área Jurídica.	30h	60h
Eventos Diversos (Palestras, Cursos, Seminários,	30h	60h

Congressos, etc.) na Área Jurídica na UFPI ou em outras Instituições.		
Estágios Extracurriculares Conveniados com a UFPI	30h	60h
Oficinas de Cidadania na Área de Direito ou em Áreas Afins	30h	60h

MONOGRAFIA E PESQUISA

O Colegiado do Curso de Direito aprovará o Regulamento da Monografia e o Regimento do Núcleo de Monografia e Pesquisa. Até a instituição do Núcleo, o Colegiado designará um professor para superintender as atividades de pesquisa, redação e defesa da monografia.

EMENTA DAS DISCIPLINAS

Ementas – disciplinas obrigatórias

Introdução ao Direito

Considerações preliminares. Direito e Ciência. A dimensão sociológica do Direito. Teoria do Direito. Divisão do Direito. O Direito como faculdade de ação. A interpretação do Direito. O Direito como valor.

Introdução à Filosofia

Filosofia - seus elementos característicos - Unidade, Universalidade, Exigência crítica. Divisão de Filosofia: Seus temas principais; Teoria Geral do conhecimento: lógica e ontognoseologia; Axiologia e Metafísica. Graduação de conhecimento: conhecimento vulgar científico e filosófico. Estrutura do conhecimento - Tipos, leis e princípios. As épocas filosóficas sob prisma gnoseológico: da ontologia clássica a ontognoseologia. Do conhecimento quanto à origem. Do conhecimento quanto à essência. Do conhecimento quanto ao método: do conhecimento imediato ou intuitivo; conhecimento mediato. Do conhecimento quanto ao seu alcance. Teoria dos objetos: ser e dever ser; Objetos naturais psíquicos e ideais. Os valores: suas características.

Bibliografia básica:

ASIMOV, I. Gênios da Humanidade. - Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

BOHR, N. Física Atômica e Conhecimento Humano; trad. Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência como "Ideologia"; trad. Artur Morão. - Lisboa: Edições 70, 1987.

KUHN, Th. A Estrutura das Revoluções Científicas; trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. - São Paulo: Perspectiva, 1997.

NEWTON, I. Princípios Matemáticos; trad. Carlos L. Mattos. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PENROSE, R. O Grande, O Pequeno e a Mente Humana; trad. Roberto L. Ferreira. - São Paulo: UNESP/Cambridge, 1998.

POINCARÉ, J-H. O Valor da Ciência; trad. M^ª Helena F. Martins. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. A Nova Aliança; trad. Miguel Faria e M^ª Joaquina M. Trincheira. - Brasília: Unb, 1991.

Introdução à Sociologia

Fundamentos da Sociologia Geral. Conceitos fundamentais. Sociedade, grupos de classes sociais. Estrutura e organização social. Direito e Sociedade.

Bibliografia básica:

LAKATOS, E. M. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas.

VILANOVA, S. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas.

ALMEIDA, J. F. (1994). Introdução à sociologia. Lisboa: Universidade Aberta.

BERGER, P. L. (1988). Perspectivas sociológicas. Petrópolis: Vozes.

COSTA, A. F. (1992). Sociologia. Coleção "O que é?". Lisboa: Difusão Cultural.

GIDDENS, A. (1989). Sociology. Oxford: Polity Press.

JAVEAU, C. (1998). Lições de sociologia. Oeiras: Celta.

Introdução à Metodologia Científica

Introdução à metodologia científica (Método científico). Trabalho científico. Sua utilidade. Definição de tema de pesquisa e plano de trabalho. Levantamento bibliográfico e documentação. Regras e prática de bibliografia. Análise e interpretação de textos. Estrutura da monografia. Métodos de análise (qualitativo e quantitativo). Normas da ABNT para apresentação de relatórios acadêmicos, referências e citações.

Bibliografia básica:

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 2 ed, São Paulo: Atlas, 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, [198_].

BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. (Biblioteca Tempo Universitário, 12).

BARROS, A. J. P., LEHFELD, N.A.S.. Fundamentos de metodologia. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1986.

COSTA, Antônio Fernando Gomes da. Guia para elaboração de relatórios de pesquisa: monografia. 2 ed. Rio de Janeiro: UNITEC. 1998.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 2 ed. São Paulo: Atlas. 1989.

ECO, Umberto. As formas do conteúdo. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.

GALLIANO, A. Guilherme. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1986.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HARRÉ, R. (org.) Problemas da revolução científica. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

IBGE. Normas de apresentação tabular. Rio de Janeiro, 1979.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1982.

MORGENBESSER, S. (org.) Filosofia da ciência. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Introdução à Psicologia

Noções sobre Psicologia: Conceito; objeto. Principais escolas: Comportamentalismo. Psicanálise e Gestalt. História da Aproximação da Psicologia e do Direito. Estudo analítico-crítico das inter-influências psicológicas em processos e discussões de caráter jurídico. Psicologia Jurídica Junto ao Direito de Família. Sistema Penal. Justiça, Infância e Juventude.

Bibliografia básica:

Bock, A. M. B.; Furtado, O. e & Teixeira, M. L. T. (1989). *Psicologias*. São Paulo: Saraiva.

Conselho Federal de Psicologia (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Davidoff, L. L. (1983). *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill.

Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, L. C. M. (1992). *A invenção do psicológico*. São Paulo: EDUC-Escuta.

Figueiredo, L.C.M. (1996). *Revisitando as psicologias*. São Paulo-Petrópolis: EDUC-Vozes.

Foulquié, P. (1965). *A psicologia contemporânea*. São Paulo: Nacional.

Marx, M. H. & Hillix, W. A. (1976). *Sistemas e teorias em psicologia*. São Paulo: Cultrix.

Penna, A.G. (1981). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar.

Economia Política

O problema econômico, Mecanismos para tomada de decisões. Mercado. Sistemas econômicos e agregados. Setores externos e públicos. Sistema monetário-financeiro. Desenvolvimento econômico.

Filosofia do Direito

Filosofia do Direito: conceituação, objeto, metodologia, função e sentido. Evolução do pensamento na Filosofia do Direito. O conceito de Direito. Direito e Moral. Direito Natural. O problema dos valores do Direito. Posições especiais da Filosofia do Direito. Tendências contemporâneas.

Bibliografia básica:

ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito*. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2002.

REALE, M. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo jurídico*. Lições de Filosofia do Direito, compiladas pelo Dr. Nello Morra, trad. bras. e notas de Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues, S. Paulo, Ícone, 1995.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 1994.

MACHADO, João Baptista. *Obra Dispersa*, I. *Filosofia do Direito, Direito Público, Outros*, Braga, Scientia Iuridica, 1993.

SALDANHA, Nelson. *Filosofia do Direito*, Rio de Janeiro, Renovar, 1998.

VECCHIO, Giorgio Del. Lições de Filosofia do Direito, 5. ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1979.

Sociologia Jurídica

A sociologia aplicada ao Direito. Escorço histórico. Objeto, problemas e metodologia. Direito como fato social. Direito e controle social. O Direito, a solução de conflitos e a mudança social. Tendências contemporâneas em sociologia do Direito.

Bibliografia básica:

MACHADO NETO, A. L. Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva.

SALDANHA, N. Sociologia do Direito. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SOUTO, C. Introdução ao Direito como Ciência Social. Brasília: Universidade de Brasília.

SOUTO, C. e FALCÃO, J. Sociologia e Direito. São Paulo: Livraria Pioneira.

História do Direito

Noções e objeto da história do Direito. As origens do fenômeno jurídico. Evolução histórica do Direito. As grandes matrizes do Direito. A internacionalização do Direito. História do Direito Brasileiro. As dimensões atuais do Direito no Brasil.

Ciência Política

Ciência Política: Conceito. Ciência Política e as demais Ciências Sociais. Estado: conceito, elementos constitutivos. Soberania. Separação de Poderes. Formas de Estado e de Governo. Sistema Representativo. Sufrágio. Sistemas Eleitorais, Democracia Representativa. Partidos Políticoa. Opinião Pública e a ideologia. Declarações de Direito. Estado e suas relações internacionais.

Hermenêutica Jurídica

Caracterização da Hermenêutica Jurídica. Aplicação e Interpretação das leis. Teorias. Análise e conceito do controle e constitucionalidade de Reforma da constituição.

Teoria Geral do Direito

A Norma Jurídica: fundamentos e legitimidade. A Relação Jurídica. O Ordenamento Jurídico. Teoria das fontes. Ordenamento Jurídico brasileiro.

Deontologia Jurídica

Introdução à Ética. Fato, juízo e Responsabilidade moral. Conflitividade social. Ética e Justiça. O bem comum. Justiça e Direito. Os direitos fundamentais e seu significado ético. Situações concretas. Vida. Liberdade. Propriedade. Ética das relações internacionais, dos tributos e dos meios de comunicação. Diceologia. Ética das profissões jurídicas.

Teoria Geral da Constituição

Fundamentos Políticos e Jurídicos da Supremacia da Constituição. Conceito e classificação das normas constitucionais formais e naturais. Constituição em sentido estrito. Mutações constitucionais. Inconstitucionalidade da reforma formal da Constituição. Limites implícitos e explícitos da reforma da Constituição. Tipos de normas constitucionais. O controle de constitucionalidade das reformas constitucionais.

Direito Romano

A sobrevivência do Direito Romano. História Interna e Externa do Direito Romano. O campo do Direito Romano. Das pessoas

em geral. Direito de Família. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Direito das Sucessões. Direito de Ação.

Direito Civil I

Teoria Geral do Direito Civil: Conceito. Âmbito. Conteúdo. Teoria Geral do Ordenamento Jurídico: Fontes do Direito Civil. Normas Constitucionais aplicáveis. Princípios básicos. Teoria Geral da Relação Jurídica: estrutura, sujeito do Direito. Teoria Geral do objeto da Relação Jurídica: conteúdo, fenômeno da autonomia patrimonial. Negócio Jurídico: conceito, modalidades e vícios. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos. Prescrição e Decadência.

Direito Penal I

Introdução – Teoria do Direito Penal – Teoria da norma penal – Princípios da legalidade – Aplicação e interpretação da lei penal – Teoria da Infração Penal – Erro, Responsabilidade, Co-autoria – Extinção de punibilidade – Ação Penal.

Direito Constitucional I

Direito Constitucional Positivo. Preâmbulo da Constituição. Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado.

Bibliografia básica:

BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. São Paulo Malheiros, 2006.

CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 2006.

CARVALHO, K. G. Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COSTA, N. N.; ALVES, G. M. Constituição Federal Anotada e Explicada. São Paulo: Forense, 2006.

FERREIRA FILHO, M. G. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2006.

_____. *Direito constitucional*. 17. ed. São Paulo : Atlas, 2005.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 26. ed. São Paulo : Malheiros, 2006.

TEMER, Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.

Direito Empresarial I

Noções históricas e teóricas do Direito Empresarial no mundo e no Brasil. Distinção entre as expressões Direito Comercial e Direito Empresarial. Conceitos de comércio e de ato empresarial. Autonomia e fontes do Direito Empresarial. Atos de empresa em geral. A empresa., sociedade, estabelecimento e fundo empresariais. Registro público de empresas e atividades afins e da propriedade industrial. Microempresa. Nome empresarial. Sociedades não personificadas e personificadas à luz do Código Civil vigente e doutrina. Contratos empresariais ou mercantis e assemelhados.

Bibliografia básica:

COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2006.

REQUIÃO, R. Curso de Direito Comercial – Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2005.

REQUIÃO, R. Curso de Direito Comercial – Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAZZIO JÚNIOR, W. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 2006.

NEGRÃO, R. Manual de Direito Comercial e de Empresa – Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.

Direito Civil II

Direito das Obrigações: generalidades. Cláusula Penal. Efeitos das obrigações. Pagamento e suas conseqüências. Mora. Novação. Dação em pagamento. Compensação e compulsório. Confusão e Remissão de dívidas. Efeitos da inexecução das obrigações. Perdas e danos. Cessão de crédito. Obrigações por declaração unilateral de vontade – Obrigações por atos ilícitos.

Direito Penal II

Teoria do crime. Concurso. Teoria da sanção penal. Suspensão e livramento condicional. Medida de segurança. Crimes contra a pessoa e o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crime contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra os costumes.

Teoria Geral do Processo

Direito Processual: conceito. História. Fontes. Aplicação e Interpretação de lei processual. Jurisdição. Poder Judiciário. Ação: natureza jurídica, elementos, classificação, concurso e acumulação. Processo e procedimentos processuais.

Direito Constitucional II

Da organização dos Poderes. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da ordem social. Das disposições constitucionais gerais e transitórias.

Bibliografia básica:

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 2. ed. São Paulo : Saraiva, 2006.

BONAVIDES, P. Curso de Direito Constitucional. São Paulo Malheiros, 2006.

CARVALHO, K. G. Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COSTA, Nelson Nery; ALVES, Geraldo Magela. Constituição federal anotada e explicada. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

FARIAS, Edilsom. Liberdade de expressão e comunicação : teoria e proteção constitucional. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo : Saraiva, 1997.

FERREIRA, Pinto. Curso de direito constitucional. 8. ed. São Paulo : Saraiva, 1996.

GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (orgs.) *Direito constitucional : estudos em homenagem a Paulo Bonavides*. São Paulo : Malheiros, 2001.

GRAU, Eros Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo (coords). *Estudos de direito constitucional em homenagem a José Afonso da Silva*. São Paulo : Malheiros, 2003.

LIMA, Francisco Meton Marques de. Manual de direito constitucional. São Paulo : LTr, 2005.

LOPES, Júlio Aurélio Viana. Lições de direito constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

MARTINS, Ives Gandra; BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. v. I e II. São Paulo : Saraiva, 1989.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Controle concentrado de constitucionalidade : comentários à Lei n. 9.868, de 10-11-1999. São Paulo : Saraiva, 2001.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Constituição federal comentada e legislação constitucional. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006.

SLABI FILHO, Nagib. Direito Constitucional. Rio de Janeiro : Forense, 2004.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros.

Direito Empresarial II

Princípios gerais do Direito Cambiário. Títulos de crédito cambiais e cambiariformes. Títulos de emissão e saque. Requisitos essenciais. Dos atos cambiais. Aval e endosso. Protesto cambial e judicial dos títulos de crédito. Sustação do protesto. Títulos de crédito cambiais e cambiariformes mercantis, de financiamento e industriais. Títulos de créditos cambiariformes rurais e títulos de crédito à exportação e de investimento, armazeneiros e acionários. Participantes dos títulos de crédito como endossantes, endossatários, avalistas e beneficiários ou favorecidos dos títulos de crédito. Prescrição. Da ação cambiária. Das garantias, em geral, dos títulos de crédito. Direito Falimentar.

Bibliografia básica:

COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial – Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2006.

REQUIÃO, R. Curso de Direito Comercial – Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2005.

REQUIÃO, R. Curso de Direito Comercial – Vol. II. São Paulo: Saraiva, 2005.

FAZZIO JÚNIOR, W. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 2006.

NEGRÃO, R. Manual de Direito Comercial e de Empresa – Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2005.

Direito Civil III

Teoria geral dos contratos. Contratos em espécies. Contratos inominados. Contratos comerciais. Mandato Mercantil. Novas figuras contratuais (leasing).

Direito Penal III

Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Contravenções Penais.

Prática Jurídica I

Persecução Penal. Lei Orgânica de Justiça e do Ministério Público. Defesa Criminal. Procedimentos. Recursos Criminais. Hábeas Corpus. Incidentes de execução. A Lei de Execução Penal.

Direito Processual Civil I

Processo de conhecimento. Processo e Procedimento Sumaríssimo. Procedimento Ordinário. Saneamento do processo. Provas. Audiência. Sentença e coisa julgada. Processo nos Tribunais.

Direito Civil IV

Direito das Coisas: generalidades. Posse. Proteção Possessória. Propriedade. Usucapião. Direitos de vizinhança. Condomínio. Propriedade Horizontal. Direito Autoral. Direitos Reais sobre coisa alheia.

Direito Processual Penal I

Aplicação e interpretação da Lei Processual Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Denúncia e Queixa. Ação Civil. Jurisdição e

Competência. Questões Incidentais. Provas. Sujeitos Processuais. Prisão. Liberdade Provisória. Atos Processuais e Sentença.

Prática Jurídica II

Audiência. Procedimento Sumaríssimo. Processo de Execução. Recursos Cíveis. Registro de Imóveis. Execução Fiscal. Processo Falimentar. Execução cambiária. Execução Extrajudicial.

Direito Processual Civil II

Processo de Execução. Embargo do Devedor. Remição. Precatório. Processo e medidas cautelares. Ação cautelar inominada. Arrolamento de bens.

Direito do Trabalho I

Fundamentos do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho. Contrato de Trabalho. Execução do Contrato de Trabalho. Direito ao Salário. Direito ao descanso. Medicina e Segurança do trabalho.

Direito do Trabalho II

Direito ao emprego. Direito Coletivo do Trabalho. Organização Profissional do Trabalho. Organização Administrativa do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho.

Direito Civil V

Família: generalidades. Casamento: Teorias. União estável. Efeitos jurídicos do casamento. Regime de bens entre os cônjuges. Dissolução do matrimônio. Parentesco. Filiação. Adoção. Pátrio-Poder. Alimentos. Tutela, Curatela. Ausência.

Direito Processual Penal II

Processo Penal em espécie. Juiz singular e Tribunal do júri. Crimes falimentares: Processo. Competência dos Tribunais Superiores. Nulidades. Recursos em geral. Hábeas-Corpus. Execução Penal. Suspensão e livramento condicional. Peça, indulto, anistia, reabilitação. Relação com autoridade estrangeira.

Prática Jurídica III

Ação trabalhista. Convenção Coletiva de Trabalho. Dissídio Coletivo. Convenções Internacionais (OIT). Juízo Arbitral.

Direito Financeiro e Orçamentário

Política financeira: seus instrumentos e objetivos. Técnica financeira, creditícia, fiscal, seletividade e eficácia dos instrumentos; política de desenvolvimento, antiinflacionária de distribuição de renda, de estímulo e investimentos, etc. Técnica de repartição dos custos públicos: produtividade das várias espécies de receitas; opções e efeitos econômico-financeiros; restrições jurídicas. Técnica do Orçamento-Programa: forma, confecção, finalidade e execução do orçamento-programa. Técnica de crédito público: alternativas para utilização; efeitos econômico-financeiros e disciplina jurídica.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, R. F. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 2006.

HARADA, K. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2006.

TORRES, R. L. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: renovar, 2006.

OLIVEIRA, R. F.; HORVATH, E. Manual de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 2003.

JARDIM, E. M. F. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Saraiva, 2005.

Direito Processual do Trabalho

Justiça do Trabalho: Noções fundamentais. Processo do Trabalho: generalidades. Recursos trabalhistas. Recursos de Competência dos Tribunais. Processo de Execução Trabalhista e Medidas Cautelares no Processo Trabalhista. Procedimentos Especiais.

Direito Civil VI

O Fenômeno Sucessório. Fundamentos Científicos do Direito Sucessório: (Teorias). Sucessão legal: Capacidade jurídica, Transmissão da herança, Vocação hereditária, Herança jacente, Direito de representação. Sucessão Testamentária: capacidade jurídica, testamento, requisitos, espécies, testamentos especiais, legados. Inventário e Partilha: colação, sonegados, pagamento das d vidas, garantia do quinhão hereditário, sobrepartilha, arrolamento.

Direito Administrativo I

Direito Administrativo: generalidades. Administração Pública. Poderes Administrativos. Poder de Polícia. Princípios da Administração. Atos Administrativos.

Prática Jurídica IV

Processo Administrativo. Mandado de Segurança. Hábeas-Data. Mandado de Injunção. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação Popular. Processo Judicial. Processo Legal.

Direito Tributário

Fundamentos do Direito Tributário. Receita Pública e Tributos. Obrigações Tributárias e Fato Gerador. Lançamento e Créditos Tributários. Exclusão. Suspensão e Extinção de Crédito Tributário. Repetição de indébito. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração Tributária. Repetição de receita.

Direito Internacional Público

Introdução e desenvolvimento histórico do D.I.P. Sujeitos de Direito Público. Organizações Internacionais. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declarações, Tratados e Convenções. Relações

Internacionais. Chefes de Estado. Ministro das Relações Exteriores. Agentes não diplomáticas. D.I.P e a Ecologia. Conflitos internacionais e suas soluções.

Direito Internacional Privado

Contrato especial de ordem jurídica: conflitos de leis. Condições Jurídicas do Estrangeiro. Sistema Brasileiro de Direito Internacional Privado. Perspectivas às transformações da sociedade internacional.

Direito Administrativo II

Contratos Administrativos. Execução. Espécies de Contratos. Licitação. Serviços Públicos. Delegação Administrativa. Servidores Públicos.

Técnicas de Elaboração de Monografia Jurídica

A pesquisa jurídica: conceito, classificação, método. Etapas da pesquisa. Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Trabalhos científicos: monografia, dissertação e tese de doutorado.

Bibliografia básica:

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho (org.). Currículos contemporâneos. Ed. UFS : Fortaleza, 2005.

COSTA, Nelson Nery. Monografia jurídica brasileira. Rio de Janeiro : Forense, 2005.

GAMA, Ricardo Rodrigues. Monografia jurídica. Bookseller, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. 6. ed. São Paulo : Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

PASOLD, César Luiz. Prática da pesquisa jurídica. 2. ed. Florianópolis : OAB, 2003.

Redação e Defesa da Monografia Jurídica

Preparação da monografia jurídica e sua defesa perante banca examinadora composta de três Professores.

Ementas – disciplinas optativas

Direito Agrário

Noções Preliminares. A Reforma Agrária. Princípio e Definições do Estatuto da Terra. Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. Assistência Financeira e Creditícia.

Direito Econômico

Princípios Fundamentais. Direito Econômico Público e Privado. Atividades Econômica-Financeiras do Estado. Planejamento Econômico Governamental. Técnicas de Produção. Crédito Oficial. A agricultura como desenvolvimento econômico.

Direito Bancário

Princípios Fundamentais. Legislação Bancário do País. Contratos Bancários. A atuação do Banco Central. As Garantias Operacionais dos Bancos. Sistema Financeiro Nacional.

Direito Securitário

Princípios Fundamentais. Natureza Jurídica do contrato de Seguro. Seguros especiais. Controle fiscalizador do Instituto de Resseguro. Novas figuras do seguro no Brasil.

Direito Industrial

A Propriedade Industrial: generalidades. Proteção legal à Propriedade Industrial. Concorrência desleal. Fundo de comércio. Juntas de Comércio.

Direito Notarial

Serventia judicial e extrajudicial. Função Pública e Fé Pública Notarial. Responsabilidade Notarial. Teoria do Instrumento. Técnica do Instrumento Público Notarial. Protesto extrajudicial.

Direito do Consumidor

Noções fundamnetais. Relações de consumo. Qualidade de produtos e serviços. Prevenção e reparação de danos. Práticas comerciais. Proteção contratual. Contrato de adesão. Processo e funções administrativas. Infrações penais. Defesa do consumidor em juízo.

Direito Imobiliário

Noções fundamentais da propriedade imobiliária. Propriedade vertical e condomínio. O agente imobiliário. A função social da propriedade. O registro de imóveis.

Direito Penitenciário

Autonomia. Sistemas Penitenciários. Presídios. Legislação penitenciária brasileira. Perspectivas do Direito penitenciário.

Criminologia

Perspectivas do estudo da criminologia. Objeto. Problema do método. Técnicas criminológicas. Criminologia e as ciências criminais.

Medicina Legal

Introdução ao estudo da Medicina Legal. Perito e perícia Médico-Legal. Documentos Médico-Legal. Traumatologia forense. Infortunística. Tanatologia forense. Sexologia forense. Psiquiatria forense. Psicologia forense.

Direito Ambiental

Noções gerais sobre o direito ambiental. Ecologia e Meio ambiente. A crise ambiental. Os movimentos ecológicos. Ecodesenvolvimento. O desenvolvimento sustentável. Direito ambiental comparado.

Direito do Menor

Princípios gerais. Situação irregular do menor. Menoridade e responsabilidade penal. Jurisdição de menores. Código da criança e do adolescente. Política nacional do bem-estar do menor. Entidades protecionistas.

Direito Eleitoral

Princípios fundamentais. Regime Representativo. Capacidade Eleitoral ativa e passiva. Justiça Eleitoral. Ministério Público. Eleições. Partidos Políticos. Processo Eleitoral.

Direito Previdenciário

Previdência Social. Generalidades. Relação com a assistência e com a segurança nacional. Instituições. Beneficiários. Prestações e seu custeio. Obrigações da Empresa. Acidentes do trabalho. Recurso e revisão na órbita administrativa. Previdência rural.

Direito Municipal

Relações com os demais ramos do Direito. O município na constituição brasileira. Autonomia municipal. Responsabilidade dos Prefeitos e vereadores.

Direito Sindical

Características e conceito básico. Evolução do sindicalismo. Problemática dos conflitos coletivos do trabalho. Visão crítica sobre a organização sindical. Perspectivas do Direito Sindical no Brasil

Arbitragem

Conceito e princípios da Arbitragem. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro: lei de arbitragem, juizados especiais, Direito do Trabalho. Arbitragem internacional: tratados internacionais, convenções interamericanas, Mercosul.

Direito da Criança e do Adolescente

Conceito e princípios do Direito da Criança e do Adolescente. Proteção integral. Direito fundamental. Menoridade e responsabilidade penal. Política de atendimento. Atos infracionais. Medidas sócio-educativas. Justiça da infância e da juventude. Ministério Público e advogado. Procedimentos. Crimes e infrações administrativas. Prevenção e Prevenção Especial. Adoção.

Direito Do Idoso

Política Nacional do Idoso. Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais. Gratuidade nos transportes coletivos urbanos. Estatuto do Idoso.

Biodireito

Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Nascimento ao Biodireito. Conceito e princípios do Biodireito. Ser humano e natureza. Inseminação artificial e fertilização *in vitro*. Procriação assistida. Clonagem. Transplante de órgãos e tecidos. Aborto e eutanásia. Transgênicos.

Direito Internacional dos Direitos Humanos

A Constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. O sistema global de proteção internacional dos direitos humanos. O sistema interamericano de

proteção dos direitos humanos. A advocacia do direito internacional dos direitos humanos.

Direito do Comércio Internacional

Conceito e princípios do Direito do Comércio Internacional. Contratos do Comércio Internacional. Critérios de conexão e autonomia. Aplicação das regras. A fase pré-contratual. Cláusulas nos contratos internacionais. Implicações financeiras.

Direito Educacional

Educação: conceito e abrangência. Conceito e princípios do Direito Educacional. Normas constitucionais sobre a educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Demais legislação nacional em matéria educacional.

Informática Jurídica

Conceito e histórico da Informática jurídica. Processamento eletrônico da informação jurídica. Utilização do computador na administração da justiça, no processo legislativo e análise da jurisprudência. Impactos das modernas tecnologias na sociedade e no Direito. Aplicações práticas.

Linguagem e Argumentação Jurídicas

Linguagem e semiologia. Usos da linguagem. Principais correntes da semiologia. Formas de argumentação. Falácias não-formais e argumentos. Técnicas de argumentação nas práticas jurídicas. Senso comum teórico dos juristas: verdade e ideologia.

Português no Direito

Vocabulário Jurídico. O Código Ortográfico. Vícios de Linguagem. Regência Verbal. Brocardos e Locuções Latinas. Estilística. Redação Jurídica.

Processo nos Juizados Especiais

Conceito e princípios dos Juizados Especiais. Legislação federal e estadual. Estrutura. Competência. Procedimentos específicos. Recursos.

Direito Processual Constitucional

Conceito e princípios do Direito Processual Constitucional. Os remédios constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, mandado de injunção. Justiça constitucional: o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

Tópicos Especiais

Tópicos especiais de Direito, atualizados com a realidade do momento nacional em que for oferecida a disciplina, e que estejam a exigir uma reflexão especial.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A Revisão Curricular passará a vigorar para os alunos que ingressarem em 2007.1.

Ficam mantidas as disposições do Currículo aprovado pela Resolução 03/1996 – CEPEX que não forem contrárias às disposições da presente Revisão Curricular.

ANEXO I

Plano das disciplinas do Curso de Direito.

ANEXO II

Decreto Imperial de 11 de agosto de 1827.

Resolução n. 09/2004 CES-CNE.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO N° 9, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do
Curso de Graduação em Direito e dá outras
providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CES/CNE nos 776/97, 583/2001, e 100/2002, e as Diretrizes Curriculares Nacionais elaboradas pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito, propostas ao CNE pela SESu/MEC, considerando o que consta do Parecer CES/CNE 55/2004 de 18/2/2004, reconsiderado pelo Parecer CCES/CNE 211, aprovado em 8/7/2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 23 de setembro de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de Direito, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica;

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão obrigatória do Trabalho de Curso.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica,

indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Art. 4º. O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes habilidades e competências:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e,

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

Art. 5º O curso de graduação em Direito deverá contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua Organização Curricular, conteúdos e atividades que atendam aos seguintes eixos interligados de formação:

I - Eixo de Formação Fundamental, tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

II - Eixo de Formação Profissional, abrangendo, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados

sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual; e

III - Eixo de Formação Prática, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Curso e Atividades Complementares.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Direito estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Educação Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais,

importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES , para a avaliação pertinente.

§ 2º As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

Art. 8º As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. A realização de atividades complementares não se confunde com a do Estágio Supervisionado ou com a do Trabalho de Curso.

Art. 9º As Instituições de Educação Superior deverão adotar formas específicas e alternativas de avaliação, interna e externa, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contêm no processo do curso, centradas em aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

Parágrafo único. Os planos de ensino, a serem fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo, deverão conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os critérios de avaliação a que serão submetidos e a bibliografia básica.

Art. 10. O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente, com conteúdo a ser fixado pelas

Instituições de Educação Superior em função de seus Projetos Pedagógicos.

Parágrafo único. As IES deverão emitir regulamentação própria aprovada por Conselho competente, contendo necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 11. A duração e carga horária dos cursos de graduação serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Ministerial nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

(DOU Nº 189, 1º/10/2004, SEÇÃO 1, P. 17/18)

ANEXO III

Corpo Docente vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas em 1996.

Corpo Docente efetivo vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas em 2006.

CORPO DOCENTE VINCULADO AO DCJ EM 1996

Adélman de Barros Villa
Ana Beatriz Madeira Campos Freitas
Amaury Teixeira Nunes
Carlos Alberto de Melo Lobo
Charles Carvalho Camilo da Silveira
Djalma da Costa e Silva Filho
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima
Enoque Soares Cavalcante
Fernando Eulálio Nunes
Francisco Alberto de Gayoso e Almendra
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Francisco de Assis Couto Castello Branco
Francisco Meton Marques de Lima
Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
Franquimar Freire de Farias
Guido Aloísio Barbosa dos Santos Rocha
Iracema dos Santos Rocha da Silva
João Borges Caminha
Joaquim de Alencar Bezerra
José Monte Vieira
José Newton de Freitas Coelho
José Orlando Ribeiro Rosário
José Weligton de Andrade
Macário Galdino de Oliveira
Marcelino Leal Barroso de Carvalho
Marcos Aurélio Lustosa Caminha
Marcos Patrício Nogueira

Maria de Nazaré Castelo Branco Miranda

Nélson Nery Costa

Paulo Barbosa dos Santos Rocha

Paulo Roberto de Lima Fagundes

Paulo de Tarso Mello e Freitas

Pedro Alcântara Ferreira Teixeira

Roberto Benedito Lima Gomes

Roberto Gonçalves de Freitas

Robertônio Santos Pessoa

Therezinha Cordeiro de Arruda

Valtemberg de Brito Firmeza

CORPO DOCENTE EFETIVO VINCULADO AO DCJ EM 2006

Carlos Augusto Pires Brandão
Charles Carvalho Camilo da Silveira
Djalma da Costa e Silva Filho
Edílson Pereira de Farias
Éfren Paulo Porfírio de Sá Lima
Fernando Eulálio Nunes
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Francisco de Assis Couto Castello Branco
Francisco Meton Marques de Lima
Franquimar Freire de Farias
Guido Aloísio Barbosa dos Santos Rocha
José Monte Vieira
José Newton de Freitas Coelho
José Weligton de Andrade
Joseli Lima Magalhães
Macário Galdino de Oliveira
Marcos Aurélio Lustosa Caminha
Marcos Patrício Nogueira
Maria de Nazaré Castello Branco Miranda
Nelson Juliano Cardoso Matos
Nélson Nery Costa
Paulo Barbosa dos Santos Rocha
Paulo Roberto de Lima Fagundes
Roberto Gonçalves de Freitas
Robertônio Santos Pessoa
Valtemberg de Brito Firmeza